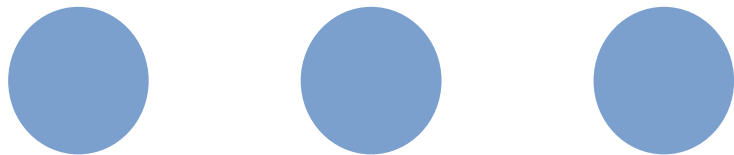


PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

Exercício de 2014



Município de S. Pedro do Sul



Os documentos de prestação de contas consolidadas incluem:

- Relatório de Gestão Consolidado
- Balanço Consolidado
- Demonstração de Resultados Consolidada
- Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados
- Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas

RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Exercício de 2014



Município de S. Pedro do Sul

Índice

1. Enquadramento	1
2. Entidades Participadas	1
3. Perímetro de Consolidação	2
4. Métodos de Consolidação	3
5. Análise das Demonstrações Financeiras Consolidadas.....	3
5.1. Balanço Consolidado	3
5.2. Demonstração de Resultados Consolidada	5
5.3. Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados de Operações Orçamentais.....	7
6. Dívida Consolidada	9
7. Indicadores Económico-Financeiros.....	10
8. Fatos Relevantes Após o Termo do Exercício.....	11

1. Enquadramento

A Câmara Municipal de S. Pedro do Sul apresenta o Relatório de Gestão Consolidado referente ao exercício de 2014, em cumprimento do disposto no Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.

No presente documento são relatados e interpretados os dados mais importantes das demonstrações financeiras consolidadas, que foram elaboradas à luz dos princípios e regras do referido regime financeiro, adotando os procedimentos, métodos e documentos definidos na Orientação n.º 01/2010, aprovada pela Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho. Na elaboração destes documentos foram ainda seguidas as recomendações do Subgrupo de Apoio Técnico à Aplicação do POCAL (SATAPOCAL).

2. Entidades Participadas

O Município de S. Pedro do Sul detém participações em entidades de diversa natureza de acordo com o quadro seguinte:

Q1. Entidades participadas

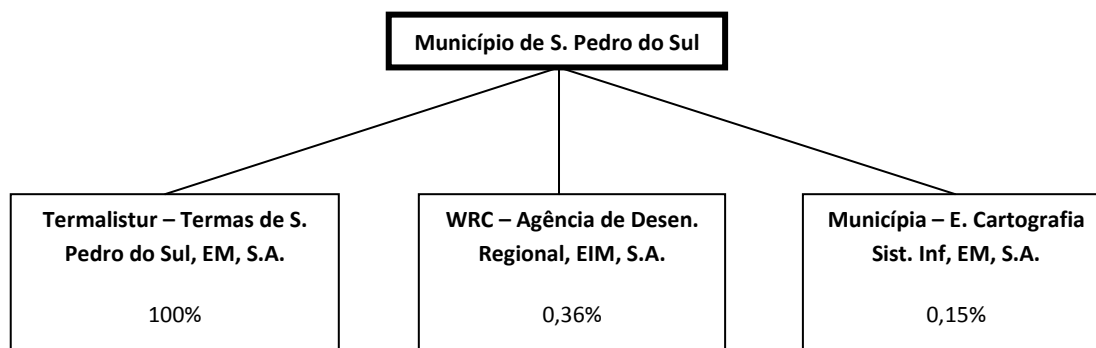
<i>Identificação da Entidade</i>	<i>NIF</i>	<i>Participação</i>	
		<i>Valor (€)</i>	<i>%</i>
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	4.756	0,32
ADRMAG - Ass. Rural Int. Serras de Montemuro, Arada e Gralheira	502753943	3.023	13,74
AMRPB - Associação de Municípios da Região Planalto Beirão	502788283	N.A.	5,75
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, SA	504355660	5.000	0,04
Município - Emp. Cartografia e Sistemas de Informação, E.M., S.A.	504475606	4.855	0,15
WRC - Web Para A Região Centro, Ag. Desenv. Regional, S.A.	506053628	5.000	0,36
Termalistur - Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A.	506817997	4.559.379	100
Comunidade Intermunicipal da Região Dão-Lafões (CIMRDL)	508047790	N.A.	8,17
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Lafões, CRL	501090673	500	0
Associação de Desenvolvimento Dão Lafões e Alto Paiva	503484580	5.911	19

De acordo com o disposto no n.º 3 do art. 75.º da Lei n.º 73/2013, para efeitos de consolidação de contas, o grupo autárquico é constituído apenas pelo município, enquanto entidade consolidante, e pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta.

3. Perímetro de Consolidação

Tal como referido anteriormente, integram o perímetro de consolidação do município (entidade-mãe), as entidades controladas por este, de acordo com os critérios estabelecidos nos n.º 4 e 5 do art. 75.º da Lei nº 73/2013. Para além destas, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo, devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município.

De acordo com estes critérios, o perímetro de consolidação é o seguinte:



Na anterior Lei das Finanças Locais - Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro – estava definido que os municípios deveriam apresentar contas consolidadas com os serviços municipalizados e com as entidades do setor empresarial local detidas na totalidade. O Município de S. Pedro do Sul apresentava contas consolidadas apenas com a Termalistur – Termas e S. Pedro do Sul, EM, S.A., já que é o detentor de 100% do seu capital.

Com o novo regime financeiro, verifica-se o alargamento do perímetro de consolidação, que passa a incluir duas novas entidades, consideradas empresas locais, ainda que a participação seja pouco relevante.

4. Métodos de Consolidação

Tendo em conta que o n.º 8 do art. 75.º da Lei n.º 73/2013 refere que os procedimentos, métodos e documentos contabilísticos para a consolidação de contas dos municípios, são os definidos para as entidades do setor público administrativo, devem ter-se em consideração os métodos definidos no ponto 6.5 da Orientação n.º 1/2010, que refere, resumidamente o seguinte:

- a) Método da simples agregação - aplica-se quando, na ausência de qualquer participação no capital das entidades consolidadas, se verifica um efetivo controlo administrativo por parte da entidade consolidante.
- b) Método de consolidação integral - aplica-se quando a entidade consolidante detém uma participação superior a 50 % dos direitos de voto dos titulares do capital da entidade controlada.
- c) Método de equivalência patrimonial - aplica-se quando uma entidade pertencente ao grupo público exerça influência significativa sobre a gestão operacional e financeira de uma entidade não incluída no grupo público ou quando não seja aplicável qualquer dos métodos referidos nas alíneas anteriores.

De acordo com as regras estabelecidas, foram adotados os seguintes métodos:

- Termalstur – Termas de S. Pedro do Sul, EM, S.A. ⇒ **Consolidação Integral**;
- WRC – Agência de Desen. Regional, EIM, S.A. ⇒ **Equivalência Patrimonial**;
- Município – Emp. Cartografia e Sist. Inform. EM, S.A. ⇒ **Equivalência Patrimonial**.

5. Análise das Demonstrações Financeiras Consolidadas

5.1. Balanço Consolidado

O balanço consolidado agrega, num conjunto de rubricas, todos os bens, direitos e obrigações do grupo municipal com referência ao final do exercício de 2014. Atendendo aos métodos de consolidação aplicados, este mapa foi elaborado através da integração (agregação) dos elementos do ativo, fundos próprios e passivo da entidade-mãe (município) e da Termalstur, após realização dos ajustamentos de consolidação

necessários relativos, essencialmente, à eliminação de operações recíprocas e registos entre entidades do perímetro.

Neste exercício, pela primeira vez, estão também refletidas no balanço as participações nas entidades que são consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, cujo impacto se resume à atualização do valor contabilístico das partes de capital detidas pela entidade consolidante nas entidades participadas, em proporção da participação, com movimentos apenas nas rubricas de investimentos financeiros e resultados. Não há, nestes casos, qualquer reflexo direto das rubricas dos balanços destas entidades nas rubricas do balanço consolidado.

Q2. Resumo do Balanço Consolidado

Designação	Mun SPS	Termalitur	Ajustamentos	Consolidado	
				2014	2013
Ativo:					
Imobilizado líquido	50.083.469,99	15.199.508,57	-3.180.771,75	62.102.206,81	63.086.237,02
Existências	178.182,72	131.546,50		309.729,22	301.872,07
Dívidas de terceiros -m/l prazo	0,00	0,00		0,00	
Dívidas de terceiros -c. prazo	867.365,26	528.058,65	-338.997,19	1.056.426,72	1.204.131,79
Títulos negociáveis	0,00	0,00		0,00	0,00
Depósitos em inst. financ. e caixa	638.380,88	28.778,03		667.158,91	662.510,07
Acréscimos e diferimentos	1.967.859,83	69.783,36	455,00	2.038.098,19	1.958.923,49
Total do Ativo	53.735.258,68	15.957.675,11	-3.519.313,94	66.173.619,85	67.213.674,44
Fundos Próprios e Passivo:					
Património	35.633.180,09	4.559.379,00	-4.559.379,00	35.633.180,09	33.316.560,39
Reservas	786.200,63	20.524,78		806.725,41	782.542,87
Resultados transitados	-5.119.061,03	-1.682.949,08	1.483.335,68	-5.318.674,43	-3.726.768,63
Resultado líquido do exercício	978.816,40	145.168,42	-104.728,43	1.019.256,39	81.553,77
Provisões para riscos e encargos	99.974,05	10.495,35		110.469,40	244.841,81
Dívidas a terceiros -m/l prazo	4.182.696,37	9.698.112,10		13.880.808,47	15.549.714,93
Dívidas a terceiros -c. prazo	5.375.068,14	2.736.191,50	-338.997,19	7.772.262,45	9.516.933,66
Acréscimos e diferimentos	11.798.384,03	470.753,04	455,00	12.269.592,07	11.448.295,64
Total de Fundos Próprios e Passivo	53.735.258,68	15.957.675,11	-3.519.313,94	66.173.619,85	67.213.674,44
Peso no Total dos Balanços	77,10%	22,90%			

Constata-se, assim, no mapa apurado, que as contas individuais do Município de S. Pedro do Sul têm um peso de 77% no total do ativo e dos fundos próprios e passivo do conjunto das entidades, enquanto que a Termalistur representa cerca de 23% do total dos balanços. O valor global do balanço consolidado é de 66,174 milhões de euros, representando um decréscimo de perto de 2% em relação ao obtido em 2013.

Na estrutura global do ativo, evidencia-se o valor do imobilizado líquido, que totaliza mais de 62 milhões de euros, representando 94% do total. Este valor, porém, diminuiu em relação a 2013, em quase 2%. Para além destas rubricas, deve ainda destacar-se o montante das dívidas de terceiros, que também diminuiu em relação ao ano anterior, mantendo-se, contudo, em valores superiores a 1 milhão de euros. A par destas variações, o valor das disponibilidades aumentou no final de 2014, para montantes na ordem dos 667 mil euros.

Do lado do passivo, regista-se um valor de dívidas a terceiros na ordem dos 21,653 milhões de euros, tendo decrescido substancialmente em relação a 2013, quer na parcela de médio e longo prazos, quer na parcela de curto prazo. Nos fundos próprios, e tendo em conta a natureza das entidades, nomeadamente da entidade consolidante, verificou-se uma melhoria da generalidade das rubricas que agrega, com destaque para o aumento do valor do património, em cerca de 7%, e da melhoria bastante significativa dos resultados, registando-se um aumento do resultado líquido do exercício em cerca de 11%.

5.2. Demonstração de Resultados Consolidada

À semelhança do que se verificou no balanço, a demonstração de resultados consolidada resulta da integração dos elementos das demonstrações de resultados individuais do Município e S. Pedro do Sul e da Termalistur, depois de efetuados os devidos ajustamentos que permitem a obtenção da situação numa ótica de grupo, expurgada de registos entre entidades que integram o perímetro. Nos ajustamentos efetuados estão também incluídos os lançamentos relativos à aplicação do método de equivalência patrimonial às entidades participadas WRC e Município, mais precisamente, o impacto nos custos e proveitos das variações nas valorizações das respetivas participações financeiras.

Q3. Resumo da Demonstração de Resultados Consolidada

Designação	Mun SPS	Termalistur	Ajustamentos	Consolidado	
				2014	2013
Custos e Perdas:					
CMVMC	130.163,94	41.757,74		171.921,68	97.127,80
Fornecimentos e serviços externos	3.022.071,20	2.131.410,62	-776.932,44	4.376.549,38	4.004.158,40
Custos com pessoal	6.373.366,29	1.650.630,89		8.023.997,18	8.099.893,66
Transferências e subs. conced.	225.228,58	0,00	-11.785,85	213.442,73	292.433,89
Amortizações do exercício	3.124.328,73	630.748,93		3.755.077,66	3.460.609,94
Provisões do exercício	38.500,00	0,00		38.500,00	71.650,05
Outros custos e perdas operacionais	78.099,98	60.785,91		138.885,89	111.211,46
Custos e perdas financeiras	139.324,41	254.327,90	59,38	393.711,69	443.083,09
Custos e perdas extraordinárias	339.414,53	605,35		340.019,88	643.906,75
Total de Custos e Perdas	13.470.497,66	4.770.267,34	-788.658,91	17.452.106,09	17.224.075,04
Proveitos e Ganhos:					
Vendas e prestações de serviços	918.160,58	4.453.722,42	-324,77	5.371.558,23	4.609.020,38
Impostos e taxas	2.083.985,22	0,00	-158,97	2.083.826,25	1.795.634,01
Proveitos e ganhos suplementares	0,00	64.720,07	-11.557,95	53.162,12	11.015,00
Transferências e subsídios obtidos	7.899.534,62	289.774,57		8.189.309,19	8.307.642,03
Outros proveitos e ganhos oper.	2.049.916,10	100.293,43	-776.332,32	1.373.877,21	717.388,35
Proveitos e ganhos financeiros	438,96	9,47		448,43	843.441,51
Proveitos e ganhos extraordinários	1.497.278,58	16.664,52	-105.013,33	1.408.929,77	1.043.120,33
Total de Proveitos e Ganhos	14.449.314,06	4.925.184,48	-893.387,34	18.481.111,20	17.327.261,61
Resultados Operacionais	-40.162,20	393.176,40	344,28	353.358,48	-696.385,43
Resultados Financeiros	-138.885,45	-254.318,43	-59,38	-393.263,26	400.358,42
Resultados Correntes	-179.047,65	138.857,97	284,90	-39.904,78	-296.027,01
Imposto sobre rend. exercício	0,00	9.748,72	0,00	9.748,72	21.632,80
Resultado Líquido do Exercício	978.816,40	145.168,42	-104.728,43	1.019.256,39	81.553,77

Na situação consolidada, os custos e perdas do exercício totalizaram 17,452 milhões de euros, valor este muito próximo do registado no ano anterior. Nos custos operacionais, destaca-se o valor dos custos com pessoal, no montante de 8,024 milhões de euros, que representa 48% dos custos operacionais e cerca de 45% do total de custos e perdas, apesar de ter registado uma diminuição em relação aos valores de 2013. As rubricas de fornecimentos e serviços externos e amortizações do exercício apresentam também valores relevantes na estrutura de resultados, já que, em conjunto, têm um peso similar ao dos custos com pessoal, com um valor superior a 8 milhões de euros.

Os custos e perdas financeiros e os custos e perdas operacionais apresentam, na situação do grupo, um peso relativamente baixo comparativamente com as rubricas operacionais. Deve destacar-se, contudo, a diminuição destes agregados no exercício em análise, em cerca de 11% e 47% respetivamente.

Os proveitos e ganhos resultantes da consolidação somaram 18,481 milhões de euros, tendo registado um aumento na ordem dos 7% em relação aos valores de 2013. Do valor obtido, o município é responsável por cerca de 75%, enquanto que 25% do valor cabe à situação da Termalistur. Das rubricas de proveitos operacionais evidencia-se o peso das transferências e subsídios obtidos, no valor de 8,189 milhões de euros, correspondendo a uma proporção de 44% do total das rubricas operacionais, proveniente, na sua quase totalidade, das contas do município. Destaca-se, ainda, nesta estrutura, o valor das vendas e prestações de serviços, na ordem dos 5,372 milhões de euros, da responsabilidade, em grande, parte, da atividade operacional da Termalistur, tendo este valor aumentado quase 17% em relação ao período transato.

Os proveitos e ganhos financeiros registaram, no exercício em análise, um valor bastante inferior ao do ano anterior, em resultado de alterações efetuadas nas demonstrações financeiras individuais do município. Em sentido contrário, os proveitos e ganhos extraordinários aumentaram significativamente, totalizando 1,409 milhões de euros.

Conforme foi já referido, o resultado líquido do exercício consolidado foi de 1,019 milhões de euros, beneficiando de uma melhoria dos resultados individuais do Município de S. Pedro do Sul.

5.3. Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados de Operações Orçamentais

O mapa de fluxos de caixa consolidados reflete os recebimentos e pagamentos, apenas de natureza orçamental, registados pelo município e pela Termalistur. Na construção deste mapa, não foram incluídos os movimentos das entidades cujas contas foram consolidadas através do método de equivalência patrimonial – Município e WRC – face à reduzida materialidade dos agregados (na proporção da participação) destas entidades e uma vez que neste método, ao contrário do método de consolidação integral, não se efetua, nas

restantes demonstrações financeiras, a integração ou a soma dos elementos das contas individuais, mantendo-se, assim, a coerência entre os mapas.

Q4. Fluxos de Caixa Consolidados

Operações orçamentais

<i>Designação</i>	<i>Valor (€)</i>	<i>Peso</i>
Saldo da Gerência Anterior	152.209,37	
Receitas Orçamentais	19.957.130,36	
Correntes	16.100.468,01	80,68%
Capital	3.854.861,85	19,32%
Outras	1.800,50	0,01%
Despesas Orçamentais	19.869.287,91	
Correntes	13.379.123,66	67,34%
Capital	6.490.164,25	32,66%
Saldo para a Gerência Seguinte	240.051,82	

De acordo com os valores deste mapa, as receitas totais orçamentais atingiram os 19,957 milhões de euros, dos quais cerca de 80% foram recebimentos de natureza corrente, enquanto que, perto de 20% foram referentes a recebimentos de capital. Do lado das despesas, os valores foram semelhantes e atingiram os 19,869 milhões de euros, mas a distribuição entre naturezas não apresentou uma discrepância tão elevada, evidenciando, ainda assim, uma diferença entre os pagamentos correntes, na ordem 67%, e os pagamentos de capital, que representaram 33% do total.

Deve referir-se ainda que as operações internas (entre as duas entidades) excluídas dos agregados apresentados totalizaram cerca de 2,042 milhões de euros, relativas a relações comerciais existentes, a diversas taxas municipais suportadas e à transferência, efetuada no exercício de 2014, para cobertura do desvio ao plano previsional de resultados plurianuais verificado em 2013, de acordo com o previsto no art. 40.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

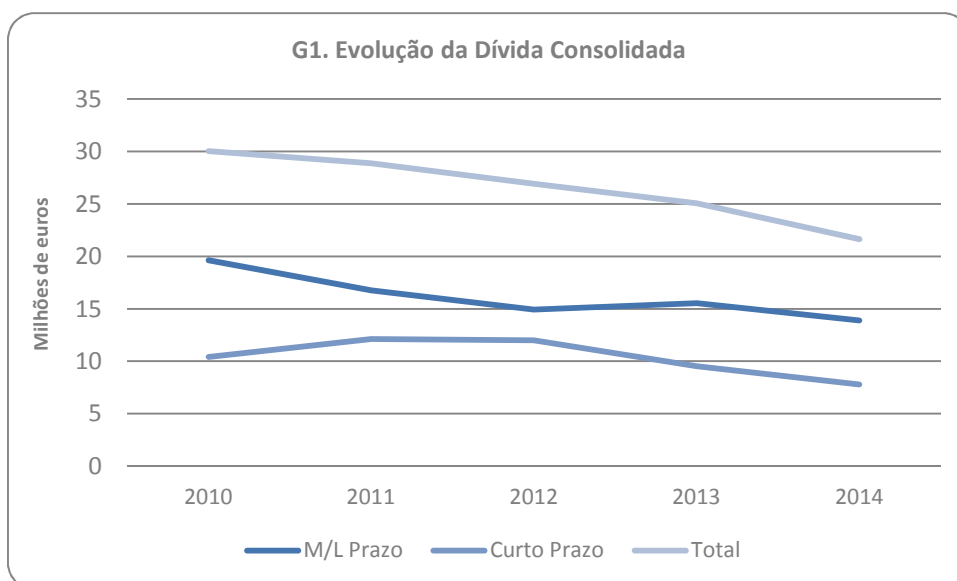
6. Dívida Consolidada

Tal como já verificado nas demonstrações financeiras individuais, as principais entidades incluídas no grupo municipal – município e Termalitur - concentraram-se na melhoria dos seus resultados, através de uma diminuição gradual das respetivas dívidas, como forma de alcançar um equilíbrio financeiro que permita encarar o futuro com bases mais sólidas. No final do exercício de 2014, a dívida total consolidada situava-se em 21,653 milhões de euros, dos quais, cerca de 13,881 milhões de euros eram exigíveis no curto prazo, e incluíam a parcela da dívida de médio e longo prazos a pagar no horizonte de 1 ano, enquanto que 7,772 milhões de euros estavam escalonadas a médio e longo prazos.

Q5. Evolução da Dívida Consolidada

<i>Design.</i>	<i>2010</i>	<i>2011</i>	<i>2012</i>	<i>2013</i>	<i>2014</i>
M/L Prazo	19.618.737,63	16.762.735,91	14.932.687,56	15.549.714,93	13.880.808,47
Curto Prazo	10.401.361,96	12.113.124,63	11.980.658,09	9.516.933,56	7.772.262,45
Total	30.020.099,59	28.875.860,54	26.913.345,65	25.066.648,49	21.653.070,92

Pela análise da evolução da dívida consolidada desde o primeiro ano de consolidação de contas, confirma-se a tendência de redução já referida, uma vez que os valores totais têm decrescido progressivamente, apesar de se registarem algumas variações parciais nesta tendência, que não afetaram a evolução dos valores totais. Registe-se a diminuição conseguida no exercício de 2014, de cerca de 14%, a que corresponde um valor absoluto de 3,414 milhões de euros, que foi muito superior à média das variações aferidas nos anos anteriores, na ordem dos 6%.



7. Indicadores Económico-Financeiros

O conjunto de indicadores selecionados para a análise económica e financeira do grupo municipal permitem constatar que, apesar do contributo mais significativo do município na situação consolidada, os indicadores da consolidação apresentam algumas diferenças em relação aos valores individuais.

Q6. Indicadores Económico-Financeiros

Designação	Rácio	Valor
Coeficiente de Solvabilidade	Fundos Próprios / Passivo	94%
Autonomia Financeira	Fundos Próprios / Activo Total	49%
Liquidez Geral	Circulante / Passivo de Curto Prazo	26%
Grau de Dependência do M/L Prazo	Dívida M/L Prazo / Activo Total	21%
Endividamento	Dívidas a terceiros / Fundos Próprios + Passivo	33%

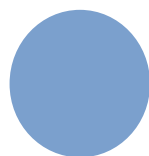
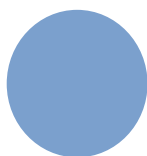
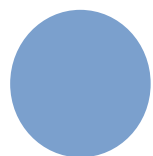
Porém, os resultados obtidos com base na situação consolidada não deixam de ser razoáveis, destacando-se o seguinte:

- O coeficiente de solvabilidade situa-se próximo dos 100%, o que significa que o grupo tem capacidade para, com os seus próprios meios, satisfazer a quase totalidade dos compromissos assumidos;

- A autonomia financeira apresenta um valor satisfatório, demonstrando que os fundos próprios cobrem uma parte significativa do valor dos seus ativos;
- O valor do rácio de liquidez geral revela uma capacidade limitada para o passivo exigível a curto prazo ser suportado pelos seus ativos mais líquidos, devendo, neste caso, ter-se em conta a natureza das entidades envolvidas e o peso do município enquanto entidade pública;
- O grau de dependência do médio/longo prazo é moderado revelando uma dependência controlada dos financiamentos de médio/longo prazos;
- O nível de endividamento evidencia um peso relativamente reduzido das dívidas a terceiros para a estrutura económica e patrimonial do grupo.

8. Fatos Relevantes Após o Termo do Exercício

Para além dos já referidos nos relatórios individuais, não se verificaram, após o termo do exercício, factos relevantes para a situação consolidada do Município de S. Pedro do Sul.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

2014



Município de S. Pedro do Sul

Município de S. Pedro do Sul				
BALANÇO CONSOLIDADO				Ano: 2014
				Unidade: Euros
Código das contas	Activo	Balanço Consolidado 2014		
		AB	APA	AL
	Imobilizado:			
	<u>Bens de domínio público:</u>			
451	Terrenos e recursos naturais	18.802,00		18.802,00
452	Edifícios			
453	Outras construções e infra-estruturas	55.620.829,69	28.834.594,50	25.397.108,28
455	Bens do património histórico, artístico e cultural			
459	Outros bens de domínio público			
445	Imobilizações em curso de bens de domínio público	3.346.085,98		8.109.280,01
446	Adiantamentos por conta de bens do domínio público			
		58.985.717,67	28.834.594,50	33.525.190,29
	<u>Imobilizado incorpóreo:</u>			
431	Despesas de instalação	6.564,01	6.564,01	
432	Despesas de Investigação e de desenvolvimento	74.662,44	64.666,24	9.996,20
433	Propriedade industrial e outros direitos	686.256,28	548.805,03	137.451,25
434	Trespases			
443	Imobilizações em curso de imobilizações incorpóreas			78.964,21
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas			
	<i>Diferenças de consolidação</i>			
		767.482,73	620.035,28	147.447,45
	<u>Imobilizado corpóreo:</u>			
421	Terrenos e recursos naturais	2.905.151,46		2.905.151,46
422	Edifícios e outras construções	29.308.135,59	4.732.486,57	24.575.649,02
423	Equipamento básico	4.478.121,15	2.924.815,59	1.553.305,56
424	Equipamento de transporte	2.447.171,75	2.286.303,72	160.868,03
425	Ferramentas e utensílios	1.177.384,08	1.020.483,93	156.900,15
426	Equipamento administrativo	2.652.402,40	2.122.690,70	529.711,70
427	Taras e vasilhame			0,00
429	Outras imobilizações corpóreas	1.747.695,33	1.106.588,65	641.106,68
442	Imobilizações em curso de imobilizações corpóreas	1.264.274,76		1.264.274,76
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas			
		45.980.336,52	14.193.369,16	31.786.967,36
	<u>Investimentos financeiros:</u>			
411	Partes de capital	8.154,15		8.154,15
412	Obrigações e títulos de participações			
413	Empréstimos de financiamento			
414	Investimentos em imóveis			
415	Outras aplicações financeiras	8.514,68		8.514,68
441	Imobilizações em curso de investimentos financeiros			
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros			
		16.668,83		16.668,83
	Circulante			
	<u>Existências:</u>			
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	179.294,10	1.111,38	178.182,72
35	Produtos e trabalhos em curso			
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos			
33	Produtos acabados e intermédios			
32	Mercadorias	131.546,50		131.546,50
37	Adiantamento por conta de compras			
		310.840,60	1.111,38	309.729,22
	<u>Dívidas de terceiros de MLP</u>			
	<u>Dívidas de terceiros de CP:</u>			
28	Empréstimos concedidos e ajust. dívidas a receber			
211	Clientes c/c	43.673,60		43.673,60
212	Contribuintes, c/c	18.492,37		18.492,37
214	Clientes-títulos a receber			
213	Utentes, c/c	78.702,30		78.702,30
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa			
221	Fornecedores c/c	0,00		0,00
25	Devedores e credores pela exec. orçamento			
229	Adiantamento a fornecedores			
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	0,00		0,00
2619	Adiantamento a fornecedores de imobilizado			
24	Estado e outros entes públicos	267.110,40		267.110,40
264	Administração autárquica			
265	Subscritores de capital			
262+263+267+268	Outros devedores	648.448,05		648.448,05

		1.056.426,72		1.056.426,72	1.204.131,79
	<u>Títulos negociáveis:</u>				
151	Acções				
152	Obrigações e títulos de participações				
153	Títulos da dívida pública				
158	Instrumentos derivados				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
		0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>Depósitos em instituições financeiras:</u>				
12	Depósitos em instituições financeiras	485.643,93		485.643,93	655.699,44
11	Caixa	4.200,98		4.200,98	6.810,63
13	DGAL / Montantes afetos ao FRM	177.314,00		177.314,00	
		667.158,91		667.158,91	662.510,07
	Acréscimos e Diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	1.888.812,29		1.888.812,29	1.829.305,11
272	Custos diferidos	149.285,90		149.285,90	129.618,38
		2.038.098,19		2.038.098,19	1.958.923,49
	Total de Amortizações:		43.649.110,32		
	Total de Provisões/Ajustamentos:				
TOTAL DO ACTIVO:		109.822.730,17	43.649.110,32	66.173.619,85	67.213.674,44
Fundos Próprios e Passivo					
	Fundos próprios:				
51	Património			35.633.180,09	33.316.560,39
521	Acções (quotas) próprias - valor nominal				
522	Acções (quotas) próprias - descontos e prémios				
53	Prestações suplementares				
54	Prémios de emissão de acções (quotas)				
55	Ajustamentos de partes de capital em empresas				
56	Reservas de reavaliação				
571	Reserva legais			671.154,89	647.008,79
572	Reservas estatutárias				
573	Reservas contratuais				
574	Reservas livres			4.248,48	4.248,48
575	Subsídios				
576	Doações			131.322,04	131.285,60
577	Reservas decorrentes da transferência de activos				
59	Resultados transitados			-5.318.674,43	-3.726.768,63
88	Resultado Líquido do exercício			1.019.256,39	81.553,77
89	Dividendos antecipados				
				32.140.487,46	30.453.888,40
	Passivo:				
292	Provisões para riscos e encargos			110.469,40	244.841,81
				110.469,40	244.841,81
	<u>Dívidas a terceiros de MLP</u>				
23121	Empréstimos de MLP			13.653.042,93	15.297.144,67
232	Empréstimos por obrigações				
239	Outros empréstimos obtidos				
221	Fornecedores, c/c				
222	Fornecedores - títulos a pagar				
228	Fornecedores - facturas em recepção e conferência				
2641	Administração Autárquica				
2611+2618	Fornecedores de imobilizado			227.765,54	252.570,26
2612	Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar				
262	Pessoal				
263	Sindicatos				
267	Consultores, assessores e intermediários				
268	Devedores e credores diversos			13.880.808,47	15.549.714,93
	<u>Dívidas a terceiros de CP</u>				
23111	Empréstimos de CP			1.575.000,00	2.120.282,10
23129	Empréstimos de MLP a pagar em N+1			1.752.259,35	1.374.072,00
239	Outros empréstimos obtidos				
269	Adiantamentos por conta de vendas				
221	Fornecedores, c/c			1.728.663,23	1.775.496,86
222	Fornecedores - títulos a pagar				
228	Fornecedores - facturas em recepção e conferência			846.346,13	881.399,01

24	Estado e outros entes públicos		115.748,05	124.364,29
252	Credores pela execução do orçamento			
2611+2618	Fornecedores de imobilizado		893.165,56	1.892.562,02
2612	Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar			
264	Administração autárquica		61.136,16	76.547,35
217	Clientes e utentes c/ cauções			
219	Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes			
262+263+267+268	Outros credores		799.943,97	1.272.210,03
			7.772.262,45	9.516.933,66
	Acréscimos e Diferimentos:			
273	Acréscimos de custos		1.192.988,55	1.174.986,05
274	Proveitos diferidos		11.076.603,52	10.273.309,59
			12.269.592,07	11.448.295,64
Total de Passivo:			34.033.132,39	36.759.786,04
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS/CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO:			66.173.619,85	67.213.674,44

Município de S. Pedro do Sul			
		Ano:	2014
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA POR NATUREZA			
Unidade: Euros			
Código das contas	Custos e perdas	2014	2013
61	Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	171.921,68	97.127,80
62	Fornecimentos e serviços externos	4.376.549,38	4.004.158,40
64	Custos com pessoal:		
641 + 642	Remunerações	6.318.527,38	6.503.214,30
643 a 648	Encargos sociais	1.705.469,80	1.596.679,36
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	213.442,73	292.433,89
66	Amortizações e ajustamentos do exercício	3.755.077,66	3.460.609,94
67	Provisões do exercício	38.500,00	71.650,05
65	Outros custos e perdas operacionais	138.885,89	111.211,46
	(A) Custos e perdas operacionais	16.718.374,52	16.137.085,20
68	Custos e perdas financeiros	393.711,69	443.083,09
	(C) Custos e perdas correntes	17.112.086,21	16.580.168,29
691	Transferências de capital concedidos	60.784,59	215.998,15
692	Outros custos e perdas extraordinários	279.235,29	427.908,60
	(E) Custos e perdas do exercício	17.452.106,09	17.224.075,04
86	Imposto sobre o rendimento do exercício	9.748,72	21.632,80
	(E) Custos e perdas + Impostos sobre o rendimento do exercício	17.461.854,81	17.245.707,84
88	Resultado Líquido Consolidado do Exercício (a)	1.019.256,39	81.553,77
		18.481.111,20	17.327.261,61
Proveitos e ganhos			
71	Vendas e prestações de serviços		
711	Vendas de mercadorias	286.166,07	249.944,44
712	Prestações de serviços	5.085.392,16	4.359.075,94
72	Impostos e taxas	2.083.826,25	1.795.634,01
	Variação da produção	0,00	0,00
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00
73	Proveitos suplementares	53.162,12	11.015,00
74	Transferências e subsídios obtidos	8.189.309,19	8.307.642,03
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	1.373.877,21	717.388,35
77	Reversões de amortizações e ajustamentos	0,00	0,00
	(B) Proveitos e ganhos operacionais	17.071.733,00	15.440.699,77
78	Proveitos e ganhos financeiros	448,43	843.441,51
	(D) Proveitos e ganhos correntes	17.072.181,43	16.284.141,28
79	Proveitos e ganhos extraordinários	1.408.929,77	1.043.120,33
	(F) Proveitos e ganhos do exercício	18.481.111,20	17.327.261,61

Resumo:

Resultados Operacionais:	353.358,48	-696.385,43
Resultados Financeiros:	-393.263,26	400.358,42
Resultados Correntes:	-39.904,78	-296.027,01
Resultado Líquido Consolidado do Exercício:	1.019.256,39	81.553,77

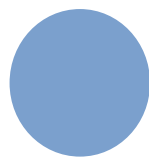
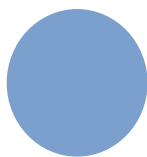
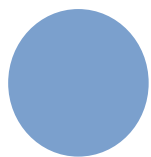
Município de S. Pedro do Sul

Ano: 2014

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS DE OP. ORÇAMENTAIS

(unidade: Euros)

Recebimentos		Pagamentos	
Designação	Montante	Designação	Montante
Saldo da gerência anterior	152.209,37	Despesas Orçamentais	
		Correntes	13.379.123,66
		Capital	6.490.164,25
Receitas Orçamentais			
Correntes	16.100.468,01		
Capital	3.854.861,85	Saldo para a gerência seguinte	240.051,82
Outras	1.800,50		
Total	20.109.339,73	Total	20.109.339,73



ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 2014



Município de S. Pedro do Sul

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS – exercício 2014

1 – Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e a outras entidades participadas

1.1 – Entidades incluídas no perímetro de consolidação

A entidade contabilística consolidante é o **Município de São Pedro do Sul**, com o número de identificação de pessoa colectiva 506 785 815.

Tendo em conta o disposto no n.º 6 do artigo n.º 75 da Lei das Finanças Locais n.º 73/2013 de 3 de setembro, a consolidação de contas do Município de São Pedro do Sul abrange a seguinte entidade consolidada:

-Termalistur – Termas de São Pedro do Sul, E.M., S.A. – sociedade anónima de natureza municipal, com capital estatutário no valor de 4.559.379€ (3.320.335,73 em dinheiro e 1.239.043,27 em espécie), totalmente detido pelo Município de S. Pedro do Sul, com o número de identificação de pessoa colectiva 506 817 997 e, sede em Largo Dr. António José de Almeida, Termas, 3660-692 Várzea – SPS.

-Município – Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, EM, SA – sociedade anónima de natureza intermunicipal, com capital estatutário no valor de 3.236.678,67 €, detido, na sua maioria, por autarquias locais, com número de identificação de pessoal coletiva 504 475 606. A percentagem de participação do Município de São Pedro do Sul é 0,15%, equivalente a uma participação de 4.985,01€.

-WRC, Web para a Região Centro - Agência de Desenvolvimento Regional, EIM, SA – sociedade anónima de natureza intermunicipal, com capital estatutário no valor de 1.368.250,00€, detido, na sua maioria, por autarquias locais, com número de identificação de pessoa coletiva 506 053 628. A percentagem de participação do Município de São Pedro do Sul é 0,36%, equivalente a uma participação de 5.000,00€.

1.2 – Outras entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

O Município de S. Pedro do Sul participa ainda nas seguintes entidades:

Descrição da Entidade Participada	NIF	Tipo de Entidade	Capitais Próprios	Capitais Sociais	Valor da Participação	% da Participação
Termalitur - Termas de São Pedro do Sul, E.M., S.A.	506817997	ES	3.178.440,66	4.559.379,00	4.559.379,00	100,00
Município, E.M., S.A.	504475606	ES	3.317.510,82	3.236.678,67	1.985,01	0,15
WRC - Agência de Desenvolvimento Regional	506053628	ES	690.118,13	1.368.250,00	5.000,00	0,36
Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões	508047790	NS	624.958,93	603.183,85	0,00	8,17
Caixa de Crédito Agrícola Mútua de São Pedro do Sul	501090673	ES	8.283.652,34	8.011.775,00	500,00	0,000063
Beiragás - Companhia de Gás das Beiras, S.A.	504355660	ES	38.667.525,38	11.579.500,00	5.000,00	0,04
ADRMAG - Associação de Desenvolvimento Rural das Serras de Montemuro, Arada e Gralheira	502753943	NS	583.262,70	149,64	0,00	13,74
A ADDLAP - Associação de Desenvolvimento Dão Lafões e Alto Paiva	503484580	NS	626.630,08	69.375,00	0,00	11,86

2. Informações relativas à imagem verdadeira e apropriada

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o previsto na Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, que aprova do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, e em observância pelas normas e princípios definidos nesta legislação. Foram ainda adotados os procedimentos, métodos e documentos definidos na Orientação n.º 01/2010 aprovada pela Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho e seguidas as instruções e recomendações emanadas pelo Subgrupo de Apoio Técnico à Aplicação do POCAL (SATAPOCAL).

Em harmonia com os normativos referidos, e por forma a obter uma imagem verdadeira e apropriada do grupo público, foram efetuados os trabalhos prévios necessários à

compatibilização da informação contabilística das várias entidades, nomeadamente, a homogeneização prévia, a eliminação das operações internas e de todos os registos recíprocos. Nos trabalhos de homogeneização, foram convertidas as demonstrações das entidades que aplicam o SNC (Termalístur) para POC e posteriormente para POAL, efectuando equivalência das respetivas contas.

Face ao trabalho realizado e tendo em consideração o referido nos pontos seguintes do presente documento, em termos gerais, a informação obtida apresenta um grau de fiabilidade razoável.

Posteriormente, foram utilizados os seguintes métodos de consolidação:

- Termalístur – Termas de S. Pedro do Sul, EM, S.A.: **Consolidação Integral**;
- WRC – Agência de Desen. Regional, EIM, S.A.: **Equivalência Patrimonial**;
- Município – Emp. Cartografia e Sist. Inform. EM, S.A.: **Equivalência Patrimonial**.

Tendo em conta o método de consolidação aplicado às participadas **WRC – Agência de Desen. Regional, EIM, S.A. e Município – Emp. Cartografia e Sist. Inform. EM, S.A.**, e face à reduzida relevância material destas participação, a informação relativa às entidades consolidadas apresentadas neste documento incidem apenas sobre a Termalístur – Termas de S. Pedro do Sul, EM, S.A..

3. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

3.1 – Eliminação das operações recíprocas e dos investimentos financeiros:

Apresenta-se, a seguir, mapa com as operações internas eliminadas:

Município de S. Pedro do Sul:

Movimentos do Exercício – MSPS / fornecedor:

Documento			Mov. Económico				Movimento Tesouraria		
Tipo	N.º	Data	Data de Contabilização	Conta debitada	Conta creditada	Valor (€)	Data de Contabilização	Conta debitada	Co nt a cr ed ita da Valor (€)
Energia	105	09-12-2013					16-01-2014	268919003816	12 955,64
Energia	19	13-02-2013					16-01-2014	268919003816	12 48,02
Tratamentos	211R00048	14-12-2011					16-01-2014	2211003816	12 1.355,80
Energia	33	12-03-2013					16-01-2014	268919003816	12 77,10

Energia	42	15-04-2013					16-01-2014	268919003816	12	171,08
Energia	50	15-05-2013					16-01-2014	268919003816	12	1.202,60
Energia	60	28-06-2013					16-01-2014	268919003816	12	1.556,12
Energia	68	16-07-2013					16-01-2014	268919003816	12	1.570,89
Energia	76	13-08-2013					16-01-2014	268919003816	12	1.483,00
Energia	84	26-09-2013					16-01-2014	268919003816	12	1.925,34
Energia	96	11-10-2013					16-01-2014	268919003816	12	1.131,03
Energia	ND 3	08-06-2012					16-01-2014	268919003816	12	1.057,17
Energia	114	18-12-2013					22-01-2014	268919003816	12	1.929,02
Tratamentos	213R21897	21-11-2013					22-01-2014	2211003816	12	1.153,80
Energia	8	20-01-2014	11-02-2014	2739004	268919003816	559,65 €				
Energia	17	14-02-2014	11-03-2014	6310204010101	268919003816	284,57 €				
Energia	29	20-03-2014	12-05-2014	6310204010101	268919003816	29,95 €				
Energia	48	19-05-2014	30-05-2014	6310204010101	268919003816	1.205,98 €				
Energia	49	21-05-2014	25-06-2014	6310204010101	268919003816	2.191,44 €				
Energia	59	23-06-2014	30-07-2014	6310204010101	268919003816	1.730,19 €				
Energia	71	22-07-2014	09-09-2014	6310204010101	268919003816	1.259,26 €				
Energia	96	26-08-2014	09-09-2014	6310204010101	268919003816	1.998,84 €				
Energia	123	22-10-2014	01-11-2014	6310204010101	2281003816	1.748,60 €				
Energia	125	22-10-2014	11-11-2014	6310204010101	268919003816	1.825,04 €				
Energia	163	31-12-2014	31-12-2014	6310204010101	2281003816	987,21 €				
Energia	164	31-12-2014	31-12-2014	6310204010101	2281003816	955,19 €				
					Rendimentos	14.775,92 €				15.616,61 €

2 - Saldos Transitados de Exercícios Anteriores

Documento			Saldos			
Tipo	N.º	Data	Data de Contabilização	Conta saldo devedor	Conta com saldo credor	Valor (€)
Merch	212R00021	31-07-2012	31-07-2012		2281003816	67,00 €
Merch	212R00022	10-08-2012	10-08-2012		2281003816	67,00 €
Tratamentos	211R00048	14-12-2011	14-12-2011		2211003816	1.355,80
Energia	ND 3	08-06-2012	08-06-2012		268919003816	1.057,17
Energia	19	13-02-2013	14-04-2013		268919003816	48,02
Energia	33	12-03-2013	11-05-2013		268919003816	77,10
Energia	42	15-04-2013	14-06-2013		268919003816	171,08
Energia	50	15-05-2013	14-07-2013		268919003816	1.202,60
Energia	60	28-06-2013	27-08-2013		268919003816	1.556,12
Energia	68	16-07-2013	14-09-2013		268919003816	1.570,89
Energia	76	13-08-2013	13-10-2013		268919003816	1.483,00

Energia	84	26-09-2013	25-11-2013		268919003816	1.925,34
Energia	96	11-10-2013	22-11-2013		268919003816	1.131,03
Tratam.	213R21897	21-11-2013	01-12-2013		2281003816	1.153,80
Energia	105	09-12-2013	23-12-2013		268919003816	955,64
Energia	114	18-12-2013	18-12-2013		2281003816	1.929,02
						15.750,61 €

Movimentos do Exercício – MSPS / cliente:

Documento			Mov. Económico				Movimento Tesouraria			
Tipo	N.º	Data	Data de Contabilização	Conta debitada	Conta creditada	Valor (€)	Data de Contabilização	Conta debitada	Conta creditada	Valor (€)
Renda (parte)	12	31-12-2012					21-04-2014	12	26815003816	26.376,04
Renda	1	28-06-2013					21-04-2014	12	26815003816	64.578,12
Renda	2	28-06-2013					21-04-2014	12	26815003816	64.578,12
Renda	3	28-06-2013					21-04-2014	12	26815003816	64.578,12
Renda	4	28-06-2013					21-04-2014	12	26815003816	64.578,12
Renda	5	28-06-2013					21-04-2014	12	26815003816	64.578,12
Renda	6	28-06-2013					21-04-2014	12	26815003816	64.578,12
Renda	7	01-07-2013					21-04-2014	12	26815003816	64.578,12
Renda	8	02-08-2013					21-04-2014	12	26815003816	64.578,12
Renda	9	01-09-2013					21-04-2014	12	26815003816	64.578,12
Renda	10	02-12-2013					21-04-2014	12	26815003816	64.578,12
Renda	11	02-12-2013					21-04-2014	12	26815003816	64.578,12
Renda	12	02-12-2013					21-04-2014	12	26815003816	35.350,80
Renda	12	02-12-2013					01-07-2014	12	26815003816	29.227,32
Renda	1 - FT 578	30-01-2014	30-01-2014	768010304	26815003816	64.694,36	01-12-2014	12	26815003816	64.694,36
Renda	2 - FT 763	06-02-2014	06-02-2014	768010304	26815003816	64.694,36	01-12-2014	12	26815003816	64.694,36
Taxas	SOU_FT 1456	07-03-2014	07-03-2014	724040123999	2123040123999	7,70	07-03-2014	12	2123040123999	7,70
Taxas	SOU_FT 1455	07-03-2014	07-03-2014	72404012302	212304012302	151,27	07-03-2014	12	212304012302	151,27
Renda	3 - FT 1712	18-03-2014	18-03-2014	768010304	26815003816	64.694,36	01-12-2014	12	26815003816	64.694,36
Renda	4 - FT 2431	23-04-2014	23-04-2014	768010304	26815003816	64.694,36	01-12-2014	12	26815003816	64.694,36
Renda	5 - FT 2626	02-05-2014	02-05-2014	768010304	26815003816	64.694,36	01-12-2014	12	26815003816	64.694,36
Portagens	FT 3211	29-05-2014	29-05-2014	79880012	2111199003816	7,87				
Renda	6 - FT 3295	02-06-2014	02-06-2014	768010304	26815003816	64.694,36	01-12-2014	12	26815003816	64.694,36
Renda	7 - FT 3931	04-07-2014	04-07-2014	768010304	26815003816	64.694,36	01-12-2014	12	26815003816	64.694,36
Renda	8 - FT 4515	11-08-2014	11-08-2014	768010304	2111199003816	64.694,36				
Renda	9 - FT 4830	03-09-2014	03-09-2014	768010304	2111199003816	64.694,36				
Renda	10 - FT 5612	01-10-2014	01-10-2014	768010304	2111199003816	64.694,36				
Transporte	FT 6572	23-10-2014	23-10-2014	71207020904	213101043	12,87				

				2433111	213101043	0,77				
				79880012	2111199003816	21,84				
Transporte	FT 6575	23-10-2014	23-10-2014	71207020904	213101043	20,67				
				2433111	213101043	1,24				
				79880012	2111199003816	18,11				
Transporte	FT 6577	23-10-2014	23-10-2014	71207020904	213101043	7,80				
				2433111	213101043	0,47				
				79880012	2111199003816	12,62				
Transporte	FT 6660	23-10-2014	23-10-2014	71207020904	213101043	29,64				
				2433111	213101043	1,78				
				79880012	2111199003816	31,95				
Renda	11 - FT 7166	06-11-2014	06-11-2014	768010304	2111199003816	64.694,36				
Transporte	FT 6740	29-10-2014	29-10-2014	71207020904	213101043	16,77				
				2433111	213101043	1,01				
				79880012	2111199003816	18,02				
Transporte	FT 6742	29-10-2014	29-10-2014	71207020904	213101043	28,08				
				2433111	213101043	1,68				
				79880012	2111199003816	66,61				
Transporte	FT 6745	29-10-2014	29-10-2014	71207020904	213101043	17,55				
				2433111	213101043	1,05				
				79880012	2111199003816	32,76				
Transporte	FT 6746	29-10-2014	29-10-2014	71207020904	213101043	17,94				
				2433111	213101043	1,08				
				79880012	2111199003816	60,70				
Transporte	FT 6751	29-10-2014	29-10-2014	71207020904	213101043	41,73				
				2433111	213101043	2,50				
				79880012	2111199003816	36,86				
Transporte	FT 7407	11-11-2014	11-11-2014	71207020904	213101043	21,84				
				2433111	213101043	1,31				
				79880012	2111199003816	23,48				
Transporte	FT 8281	10-12-2014	10-12-2014	71207020904	213101043	13,65				
				2433111	213101043	0,82				
				79880012	2111199003816	13,46				
Renda	12 - FT 7166	01-12-2014	01-12-2014	768010304	2111199003816	64.694,36				
Transporte	FT 8324	11-12-2014	11-12-2014	71207020904	213101043	27,30				
				2433111	213101043	1,64				
Taxas	FT 8656	30-12-2014	30-12-2014	71207020999	213101991	68,93	30-12-2014	12	213101991	84,78
				2433131	213101991	15,85				
						777.191,54 €				1.254.417,75 €

Documento			SalDOS			
Tipo	N.º	Data	Data de Contabilização	Conta saldo devedor	Conta com saldo	Valor (€)

					credor	
Renda	12	31-12-2012	31-12-2012	26815003816		26.376,04
Renda	1	28-06-2013	28-06-2013	26815003816		62.819,18
Renda	2	28-06-2013	28-06-2013	26815003816		62.819,18
Renda	3	28-06-2013	28-06-2013	26815003816		62.819,18
Renda	4	28-06-2013	28-06-2013	26815003816		62.819,18
Renda	5	28-06-2013	28-06-2013	26815003816		62.819,18
Renda	6	28-06-2013	28-06-2013	26815003816		62.819,18
Renda	7	15-07-2013	15-07-2013	26815003816		62.819,18
Renda	8	14-08-2013	14-08-2013	26815003816		62.819,18
Renda	9	10-09-2013	10-09-2013	26815003816		62.819,18
Atualização de Renda	1/2013	17-09-2013	17-09-2013	26815003816		1.758,94
Atualização de Renda	2/2013	17-09-2013	17-09-2013	26815003816		1.758,94
Atualização de Renda	3/2013	17-09-2013	17-09-2013	26815003816		1.758,94
Atualização de Renda	4/2013	17-09-2013	17-09-2013	26815003816		1.758,94
Atualização de Renda	5/2013	17-09-2013	17-09-2013	26815003816		1.758,94
Atualização de Renda	6/2013	17-09-2013	17-09-2013	26815003816		1.758,94
Atualização de Renda	7/2013	17-09-2013	17-09-2013	26815003816		1.758,94
Atualização de Renda	8/2013	17-09-2013	17-09-2013	26815003816		1.758,94
Atualização de Renda	9/2013	17-09-2013	17-09-2013	26815003816		1.758,94
Renda	10	02-12-2013	02-12-2013			64.578,12
Renda	11	02-12-2013	02-12-2013			64.578,12
Renda	12	02-12-2013	02-12-2013			64.578,12
						801.313,48 €

Termalistur, EM, SA:

Movimentos do Exercício – Termalistur / cliente:

Documento			Mov. Económico				Movimento Tesouraria			
Tipo	N.º	Data	Data de Contabilização	Conta debitada	Conta creditada	Valor (€)	Data de Contabilização	Conta debitada	Conta creditada	Valor (€)
Energia	105	09-12-2013					16-01-2014		21110006	955,64
Energia	19	13-02-2013					16-01-2014		21110006	48,02
Tratam.	211R00048	14-12-2011					16-01-2014		21110006	1.355,80
Energia	33	12-03-2013					16-01-2014		21110006	77,10
Energia	42	15-04-2013					16-01-2014		21110006	171,08
Energia	50	15-05-2013					16-01-2014		21110006	1.202,60
Energia	60	28-06-2013					16-01-2014		21110006	1.556,12
Energia	68	16-07-2013					16-01-2014		21110006	1.570,89
Energia	76	13-08-2013					16-01-2014		21110006	1.483,00
Energia	84	26-09-2013					16-01-2014		21110006	1.925,34
Energia	96	11-10-2013					16-01-2014		21110006	1.131,03

Energia	19	13-02-2013	13-02-2013	2,1E+07		48,02
Energia	33	12-03-2013	12-03-2013	2,1E+07		77,10
Energia	42	15-04-2013	15-04-2013	2,1E+07		171,08
Energia	50	15-05-2013	15-05-2013	2,1E+07		1.202,60
Energia	60	28-06-2013	28-06-2013	2,1E+07		1.556,12
Energia	68	16-07-2013	16-07-2013	2,1E+07		1.570,89
Energia	76	13-08-2013	13-08-2013	2,1E+07		1.483,00
Energia	84	26-09-2013	26-09-2013	2,1E+07		1.925,34
Energia	96	11-10-2013	11-10-2013	2,1E+07		1.131,03
Tratam.	213R21897	21-11-2013	21-11-2013	2,1E+07		1.153,80
Energia	105	09-12-2013	09-12-2013	2,1E+07		955,64
Energia	114	18-12-2013	18-12-2013	2,1E+07		1.929,02

15.750,61 €

Movimentos do Exercício – Termalístur / fornecedor:

Documento			Mov. Económico				Movimento Tesouraria			
Tipo	N.º	Data	Data de Contabilização	Conta debitada	Conta creditada	Valor (€)	Data de Contabilização	Conta debitada	Conta creditada	Valor (€)
Renda	12	31-12-2012					21-04-2014	221110074		26.376,04
Renda	1	31-01-2013					21-04-2014	221110074		64.578,12
Renda	2	15-02-2013					21-04-2014	221110074		64.578,12
Renda	3	01-03-2013					21-04-2014	221110074		64.578,12
Renda	4	01-04-2013					21-04-2014	221110074		64.578,12
Renda	5	15-05-2013					21-04-2014	221110074		64.578,12
Renda	6	01-06-2013					21-04-2014	221110074		64.578,12
Renda	7	01-07-2013					21-04-2014	221110074		64.578,12
Renda	8	02-08-2013					21-04-2014	221110074		64.578,12
Renda	9	01-09-2013					21-04-2014	221110074		64.578,12
Renda	10	03-10-2013					21-04-2014	221110074		64.578,12
Renda	11	01-11-2013					21-04-2014	221110074		64.578,12
Renda	12	02-12-2013					21-04-2014	221110074		35.350,80
Renda	12	02-12-2013					26-06-2014	221110074		29.227,32
Renda	1	01-01-2014	01-01-2014	62219		64.694,36	03-12-2014	221110074		64.694,36
Renda	2	03-02-2014	03-02-2014	62219		64.694,36	03-12-2014	221110074		64.694,36
Taxas	1456	07-03-2014	07-03-2014	63		7,70	07-03-2014	221110074		7,70
Taxas	1455	07-03-2014	07-03-2014	63		151,27	06-03-2014	221110074		151,27
Renda	3	08-03-2014	08-03-2014	62219		64.694,36	03-12-2014	221110074		64.694,36
Renda	4	09-04-2014	09-04-2014	62219		64.694,36	03-12-2014	221110074		64.694,36
Renda	5	05-05-2014	05-05-2014	62219		64.694,36	03-12-2014	221110074		64.694,36

Portagens	3211	31-05-2014	31-05-2014	62227		7,87				
Renda	6	03-06-2014	03-06-2014	62219		64.694,36	03-12-2014	221110074		64.694,36
Renda	7	08-07-2014	08-07-2014	62219		64.694,36	03-12-2014	221110074		64.694,36
Renda	8	08-08-2014	08-08-2014	62219		64.694,36				
Renda	9	14-09-2014	14-09-2014	62219		64.694,36				
Renda	10	08-10-2014	08-10-2014	62219		64.694,36				
Transporte	6572	29-10-2014	29-10-2014	62227		35,44				
				24323		0,04				
Transporte	6575	29-10-2014	29-10-2014	62227		39,95				
				24323		0,07				
Transporte	6577	29-10-2014	29-10-2014	62227		20,86				
				24323		0,03				
Transporte	6660	29-10-2014	29-10-2014	62227		63,26				
				24323		0,11				
Renda	11	10-11-2014	10-11-2014	62219		64.694,36				
Transporte	6740	10-12-2014	10-12-2014	62227		35,74				
				24323		0,06				
Transporte	6742	10-12-2014	10-12-2014	62227		96,27				
				24323		0,10				
Transporte	6745	10-12-2014	10-12-2014	62227		51,30				
				24323		0,06				
Transporte	6746	10-12-2014	10-12-2014	62227		79,65				
				24323		0,07				
Transporte	6751	10-12-2014	10-12-2014	62227		80,94				
				24323		0,15				
Transporte	7407	10-12-2014	10-12-2014	62227		46,55				
				24323		0,08				
Transporte	8281	17-12-2014	17-12-2014	62227		27,88				
				24323		0,05				
Renda	12	08-12-2014	08-12-2014	62219		64.694,36				
Transporte	8324	22-12-2014	22-12-2014	62227		28,84				
				24323		0,10				
Taxas	8656	31-12-2014	31-12-2014	63		83,83	15-12-2014	221110074		84,78
				24323		0,95				
						777.191,54 €				1.254.417,75 €

2 - Saldos Transitados de Exercícios Anteriores

Documento			Saldos			
Tipo	N.º	Data	Data de Contabilização	Conta saldo devedor	Conta com saldo credor	Valor (€)
Renda	12	31-12-2012	31-12-2012		221110074	26.376,04

Renda	1	31-01-2013	31-01-2013		221110074	64.578,12
Renda	2	15-02-2013	15-02-2013		221110074	64.578,12
Renda	3	01-03-2013	01-03-2013		221110074	64.578,12
Renda	4	01-04-2013	01-04-2013		221110074	64.578,12
Renda	5	15-05-2013	15-05-2013		221110074	64.578,12
Renda	6	01-06-2013	01-06-2013		221110074	64.578,12
Renda	7	01-07-2013	01-07-2013		221110074	64.578,12
Renda	8	02-08-2013	02-08-2013		221110074	64.578,12
Renda	9	01-09-2013	01-09-2013		221110074	64.578,12
Renda	10	03-10-2013	03-10-2013		221110074	64.578,12
Renda	11	01-11-2013	01-11-2013		221110074	64.578,12
Renda	12	02-12-2013	02-12-2013		221110074	64.578,12
						801.313,48 €

3.2 – Eliminação de investimentos financeiros nas entidades consolidadas

Os procedimentos de eliminação de investimentos financeiros foram seguintes:

Contas	Situação inicial		Movimentos Correção		Situação Consolidada		Descrição
	Valor Débito	Valor Crédito	Débito	Crédito	Valor Débito	Valor Crédito	
41 - Investimento Financeiros	4.574.864,01			4.561.709,86	13.154,15		Anulação do valor da participação da Termalístur, da WRC e da Município
49 - Provisões p/ inv financeiros		1.380.938,11	1.380.938,11				Anulação da provisão efectuada à participação financeira da Termalístur
59 - Resultados transitados	1.485.663,54			1.485.663,54			Anulação da provisão efectuada à participação financeira anterior a 2012, da Termalístur
7962 - Redução de amortizações e provisões_provisões		104.725,43	104.725,43				Redução da provisão efectuada à participação financeira do ano 2014, da Termalístur

7962 - Redução de amortizações e provisões_provisões		56,38	56,38				Redução da provisão efectuada à participação financeira do ano 2014, da Município
6843 - Reforço de provisões	59,38			59,38			Reforço da provisão efectuada à participação financeira do ano 2014, da WRC

3.3 – Discriminação das diferenças de consolidação

Para o exercício de 2014, não foram apuradas diferenças de consolidação.

4. Informações relativas ao endividamento de médio e longo prazo

4.1 – Descrição do endividamento de médio e longo prazo consolidado

A situação do endividamento consolidado de médio e longo prazo (alínea d) do n.º 7 do art. 75.º da LFL n.º 73/2013 de 3 de setembro), desagregado por, maturidade e natureza, é a seguinte:

Endividamento consolidado de médio e longo prazo

(unidade: euro)

Designação das Contas	Dívidas a terceiros de Médio/Longo prazo			Eliminação de Créditos e dívidas recíprocas	Grupo Público Consolidado
	Município SPS	Termalístur	Total		
1	2	3	4=2+3	5	6=4-5
Dívidas a instituições financeiras	4.182.696,37	9.470.346,56	13.653.042,93	0,00	13.653.042,93
Fornecedores de Imobilizado	0,00	227.765,54	227.765,54	0,00	227.765,54
TOTAL	4.182.696,37	9.698.112,10	13.880.808,47	0,00	13.880.808,47

Endividamento consolidado de curto prazo

(unidade: euro)

Designação das Contas	Dívidas a terceiros de Médio/Longo prazo			Eliminação de Créditos e dívidas recíprocas	Grupo Público Consolidado
	Município SPS	Termalístur	Total		
1	2	3	4=2+3	5	6=4-5
<u>Dívidas a terceiros de CP</u>					
Empréstimos de CP	0,00	1.575.000,00	1.575.000,00		1.575.000,00
Empréstimos de MLP a pagar em N+1	1.048.916,00	703.343,35	1.752.259,35		1.752.259,35
Outros empréstimos obtidos		0,00	0,00		0,00
Adiantamentos por conta de vendas		0,00	0,00		0,00
Fornecedores, c/c	1.684.657,52	368.092,98	2.052.750,50	324.087,27	1.728.663,23
Fornecedores - títulos a pagar		0,00	0,00		0,00
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	850.171,13	0,00	850.171,13	3.825,00	846.346,13
Estado e outros entes públicos	62.089,83	53.658,22	115.748,05		115.748,05
Credores pela execução do orçamento			0,00		0,00
Fornecedores de imobilizado	868.950,01	24.215,55	893.165,56		893.165,56
Fornecedores de imobilizado - títulos a pagar			0,00		0,00
Administração autárquica	61.136,16		61.136,16		61.136,16
Clientes e utentes c/ cauções			0,00		0,00
Adiantamento de clientes, contribuintes e utentes			0,00		0,00
Outros credores	799.147,49	11.881,40	811.028,89	11.084,92	799.943,97
TOTAL	5.375.068,14	2.736.191,50	8.111.259,64	338.997,19	7.772.262,45

Na informação relativa ao endividamento de curto prazo, encontra-se reflectido o valor de 1.048.916,00€ e 703.343,35€, das entidades Município de São Pedro do Sul e Termalístur, respectivamente, referente a empréstimos de médio e longo prazo, cujo vencimento e respectivo pagamento ocorrerá em 2015.

4.2 – Montante total das dívidas a terceiros apresentadas no balanço consolidado, e que se vençam nos 4 anos seguintes:

Ano 2015	
Fornecedores c/c	2.052.750,50
Estado e O.E.P.	115.748,05
Dívidas a inst financeiras	3.327.259,35
Fornecedores do imobilizado	787.846,99
Outros credores	811.028,89
Forn em recepção e conf.	850.171,13
Administração Autárquica	61.136,16
Outros empréstimos obtidos	0,00
Total	8.005.941,07

Ano 2016	
Fornecedores	
Estado e O.E.P.	
Dívidas a inst financeiras	1.590.781,07
Fornecedores do imobilizado	77.712,31
Outros credores	0,00
Total	1.668.493,38
Ano 2017	
Fornecedores	0,00
Estado e O.E.P.	0,00
Dívidas a inst financeiras	1.366.540,68
Fornecedores do imobilizado	75.984,01
Outros credores	0,00
Total	1.442.524,69
Anos seguintes	
Fornecedores	0,00
Estado e O.E.P.	0,00
Dívidas a inst financeiras	10.695.721,18
Fornecedores do imobilizado	179.387,79
Outros credores	0,00
Total	10.875.108,97

5. Informações sobre saldos e fluxos financeiros:

Apresenta-se a descrição dos saldos e dos fluxos financeiros _alínea d) do n.º 7 do art.º 75.º, da LFL n.º 73/2013:

Município de SP S / Termalstur, EM, SA										
Tipo de fluxos	Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos no exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências					0,00					0,00 €
Subsídios					0,00					0,00 €
Empréstimos					0,00					0,00 €
Relações comerciais	2.643,60			2.509,60	134,00					0,00 €
Participações do capital em numerário					0,00					0,00 €
Participações do capital em espécie					0,00					0,00 €
Outros	785.193,17	14.775,92		785.193,17	14.775,92	801.313,48	777.191,54		1254.417,75	324.087,27 €
Total	787.836,77	14.775,92	0,00	787.702,77	14.909,92	801.313,48	777.191,54	0,00	1254.417,75	324.087,27 €

Termalstur, EM, SA / Município de SP S										
Tipo de fluxos	Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos				
	Saldo Inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos no exercício	Saldo Final	Saldo Inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos no exercício	Saldo Final
1	2	3	4	5	6=(2+3)-(4+5)	7	8	9	10	11=(7+8)-(9+10)
Transferências										
Subsídios										
Empréstimos										
Relações comerciais						2.643,60			2.509,60	134,00 €
Participações do capital em numerário										
Participações do capital em espécie										
Outros	801.313,48	777.191,54	0,00	1254.417,75	324.087,27	785.193,17	14.775,92	0,00	785.193,17	14.775,92 €
Total	801.313,48	777.191,54	0,00	1254.417,75	324.087,27	787.836,77	14.775,92	0,00	787.702,77	14.909,92 €

6. Informações relativas a compromissos

Tendo em conta que a empresa municipal Termalstur, EM, SA, não utiliza o sistema de registo de compromissos futuros nem qualquer outro que disponibilize informação semelhante, não se apresenta qualquer informação relativa aos acontecimentos desta empresa, referente ao exercício de 2014.

Apresentam-se, assim, os compromissos para exercícios futuros assumidos pelo Município de S. Pedro do Sul:

(unidade: euro)

Anos	2015	2016	2017	anos seguintes
Compromissos futuros	1.246.298,42	1.437.317,82	867.773,83	2.906.989,90

7. Informações relativas a políticas contabilísticas

7.1 Os critérios de valorimetria aplicados às rubricas das demonstrações financeiras, no exercício de 2014

Apresentam-se os critérios de valorimetria utilizados:

7.1.1 No MSPS:

Balanço

Imobilizado:

As aquisições e respectivas reconciliações foram efectuadas respeitando o princípio contabilístico do custo histórico. A valorização foi efectuada com base no custo de aquisição, de produção ou de avaliação, nos termos legais, de acordo com o critério a aplicar.

Relativamente às amortizações do exercício, foram utilizados métodos e taxas distintos cuja homogeneização não foi possível pelos motivos já referidos. Assim:

- No Município de S. Pedro do Sul, as amortizações foram calculadas pelo *método das quotas constantes, por duodécimos*, em função do tempo e da forma de utilização do respectivo bem, nos termos do CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado) aprovado pela Portaria 671/2000;

Existências:

Atendendo às especificidades dos armazéns do Município de S. Pedro do Sul, adoptaram-se os seguintes procedimentos:

- Por falta de implementação de aplicação de Gestão de Stocks no armazém Vieira da Cruz, o método utilizado foi o Sistema de Inventário Periódico ou Intermitente. As existências finais foram valorizadas ao último preço de aquisição de cada bem;
- O armazém de Economato do Município de S. Pedro do Sul o método utilizado foi o Sistema de Inventário Permanente, sendo as saídas de existências valorizadas pelo preço médio ponderado.

Dívidas de e a terceiros:

As dívidas de e a terceiros foram expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam

Disponibilidades:

As disponibilidades de caixa e de depósitos em instituições financeiras foram valorizadas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas, respectivamente.

Provisões:

Foram analisadas, de forma periódica, eventuais obrigações que resultam de eventos presentes e passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações ou a redução do activo referente a ajustamentos realizados em relação ao registado, conduziram a ajustamentos significativos, tendo por base o valor dos encargos ou perdas previstas.

7.1.2. Na Termalístur:

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (*modelo de custo*). Estes ativos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha reta, de uma forma consistente, durante um período que varia entre 3 e 5 anos, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondentes aos anos de vida útil.

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os dispêndios com desenvolvimento para os quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e relativamente aos quais seja provável que o ativo venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizados. Os dispêndios com pesquisa e desenvolvimento que não cumpram os critérios atrás referidos são registados como gastos do período em que são incorridos.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou retirada dos ativos intangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “*Outros rendimentos e ganhos*” ou “*Outros gastos e perdas*”.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	8 - 50
Equipamento administrativo	3 - 8
Outros activos fixos tangíveis	4 - 10

Cada parte de um item do ativo fixo tangível com um custo significativo relativamente ao custo total do item é depreciado separadamente, sendo definida a vida útil e o método de depreciação.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição/produção, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes ativos são depreciados a partir do momento que estejam prontos para a utilização.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes ativos são registrados como gastos do período em que ocorrem. Os gastos com inspeções importantes são incluídos na quantia escriturada do ativo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos futuros adicionais.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registrados na demonstração dos resultados como *“Outros rendimentos e gastos”* ou *“Outros ganhos e perdas”*.

c) Imparidade de ativos

A Empresa avalia, à data do balanço, se há algum indício de que um ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na rubrica *“Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis”* ou *“Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis”*. A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registrada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido.

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Nos ativos fixos tangíveis registados de acordo com o modelo de revalorização, qualquer perda por imparidade é reconhecida como uma diminuição do excedente de revalorização reconhecido inicialmente no capital próprio. As perdas por imparidade superiores ao excedente de revalorização são reconhecidas na demonstração dos resultados.

d) Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “*Financiamentos obtidos*”, e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período de contrato da locação.

e) Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas pelo custo ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior (utilizando-se o custo médio como fórmula de custeio). A reversão de perdas por imparidades reconhecidas em períodos anteriores é registrada quando existem indícios de que as perdas de imparidade já não se justificam ou diminuíram, sendo expressa na demonstração dos resultados como *“Imparidade de inventários (perdas/reversões)”*. Contudo, a reversão só é efetuada até ao limite da quantia das perdas por imparidade acumuladas antes reconhecidas.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registrados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.

A Empresa utiliza o regime de inventário permanente, de acordo com o dispositivo no n.º 1 do artigo 12º do Decreto-Lei nº 158 / 2009, de 13 de Julho.

f) Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

g) Instrumentos financeiros

i. Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e representadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a Empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ao parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

ii. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os gastos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro nominal e contabilizadas na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

iii. Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao valor nominal. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

h) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

i) Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registrados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do *acrécimo*. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registradas nas rubricas “*Outras contas a receber e a pagar*” ou “*Diferimentos*”.

j) Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

k) Subsídios do Governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos (no âmbito de programas de formação profissional), são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “*Subsídios à exploração*” da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

I) Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Autoridade Tributária e Aduaneira durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos períodos de 2011 a 2014 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica *“Imposto sobre o rendimento do período”*. No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os efeitos tributários dos ajustamentos de transição decorrentes da sucessão dos normativos contabilísticos encontram-se regulados pelo artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159 / 2009, de 13 de Julho, onde se determina que esses ajustamentos concorrem

para a formação do lucro tributável num período e 5 anos, em partes iguais, com início em 2010.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

m) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, diuturnidades, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

n) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (*“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”*) são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (*“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”*), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.1 Outras políticas contabilísticas revelantes

a) Resultado por ação

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro individual atribuível aos Acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, excluindo o número de ações próprias detidas. Os dividendos preferenciais são deduzidos ao resultado líquido do período.

b) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica *“Caixa e seus equivalentes”* os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e contratos de locação financeira.

3.2 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras individuais dos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 incluem:

- Vidas úteis dos ativos tangíveis;
- Previsão para férias e subsídio de férias;
- Provisões para processos judiciais em curso;
- Encargos com descontos em prestações de serviços associados ao cartão de pontos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data de preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a estas estimativas que venham a ocorrer posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados, de forma prospetiva.

3.3 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.4 Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa no quadro do seu plano estratégico e as informações disponíveis face acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras Empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

8 - Informações relativas a diversas rubricas

8.1 – Descrição das rubricas «despesas de instalação» e «despesas de investigação e de desenvolvimento»

Os valores das despesas de instalação e de investigação e de desenvolvimento, bem como os valores registados em propriedade industrial e outros (que congrega a rubrica de projectos de investimento), registadas nas respectivas contas do activo do balanço consolidado dizem respeito a gastos da empresa municipal Termalístur, EM, SA, relacionados com a realização de projectos de investimento no âmbito da candidatura aos projectos SIME e NITEC. Todos estes activos encontram-se totalmente amortizados.

8.2 - Movimentos ocorridos nas rubricas do activo imobilizado, constantes do balanço consolidado e nas respectivas amortizações, ajustamentos e provisões.

Activo Bruto:

(unidade: euro)

Rubricas	Município de SPS + Termalstur EEM							
	Saldo Inicial	Reavaliação/Ajustam.	Aumentos	Alienações	Sinistros	Abates	Transferências	Saldo Final
<u>De Bens de domínio público</u>								
Terrenos e recursos naturais	18.802,00							18.802,00
Edifícios								
Outras construções e infra-estruturas	49.871.845,58	34.790,00					5.714.194,11	55.620.829,69
Bens do património histórico, artístico e cultural								
Outros bens de domínio público								
Imobilizações em curso	8.109.280,01	1.758.384,53	1.673.182,16				-8.194.760,72	3.346.085,98
Adiantamentos por conta de bens de domínio público								
	57.999.927,59	1.793.174,53	1.673.182,16	0,00	0,00	0,00	-2.480.566,61	58.985.717,67
<u>De Imobilizações incorpóreas</u>								
Despesas de instalação	6.564,01		0,00	0,00			0,00	6.564,01
Despesas de investigação e desenvolvimento	60.822,08		0,00	0,00			0,00	60.822,08
Propriedade industrial e outros direitos	627,30		0,00	0,00			0,00	627,30
Imobilizações em curso	78.964,21		0,00	0,00			78.964,21	0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00		0,00	0,00			0,00	0,00
Projectos de Investimento	479.462,41		206.166,57	0,00			0,00	685.628,98
Programas de Computador	0,00							13.840,36
	626.440,01	0,00	220.006,93	0,00	0,00	0,00	78.964,21	767.482,73
<u>De Imobilizações Corpóreas</u>								
Terrenos e recursos naturais	2.548.936,06	84.346,68	23.000,00	64.277,52	0,00		313.146,24	2.905.151,46
Edifícios e outras construções	26.003.125,68	94.542,50	6.596,30	61.146,11	0,00		3.265.017,22	29.308.135,59
Equipamento básico	4.420.687,65	0,00	68.068,68	0,00	3.423,42		-7.211,76	4.478.121,15
Equipamento de transporte	2.436.405,73	2.007,74	70.811,24	59.606,57	0,00		-2.446,39	2.447.171,75
Ferramentas e utensílios	1.105.602,83	1.410,60	75.861,09	0,00	0,00		-5.490,44	1.177.384,08
Equipamento administrativo	2.471.382,41	8.449,30	237.508,08	0,00	0,00		-64.937,39	2.652.402,40
Taras e vasilhame		0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	1.689.895,90	0,00	65.470,92	0,00	0,00		-7.671,49	1.747.695,33
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	1.924.405,56	387.805,94	150.156,17	0,00	0,00		-1.198.092,91	1.264.274,76

	42.600.441,82	578.562,76	697.472,48	185.030,20	3.423,42	0,00	2.292.313,08	45.980.336,52
De Investimentos Financeiros								
Partes de capital	10.485,01	-2.330,86	0,00	0,00			0,00	8.154,15
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00
Investimentos em imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00
Outras aplicações financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00
Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00
Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00
Outros títulos	5.000,00	0,00	3.514,68	0,00			0,00	8.514,68
Imobilizações em curso	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00			0,00	0,00
	15.485,01	-2.330,86	3.514,68	0,00	0,00	0,00	0,00	16.668,83

Amortizações e Provisões:

Município de SPS + Termalístur EEM				
Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo final
De Bens de domínio público				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	24.474.737,30	2.613.011,98	-1.746.845,22	28.834.594,50
Bens do património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00
	24.474.737,30	2.613.011,98	-1.746.845,22	28.834.594,50
De Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	6.564,01	0,00	0,00	6.564,01
Despesas de investigação e desenvolvimento	60.822,08	0,00	0,00	60.822,08
Propriedade industrial e outros direitos	480.089,71	0,00	68.715,32	548.805,03

Programas de computador	0,00	0,00	3.844,16	3.844,16
	<u>547.475,80</u>	<u>0,00</u>	<u>72.559,48</u>	<u>620.035,28</u>
De Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios	3.535.976,99	444.356,27	-134.527,64	4.114.860,90
Outras construções	550.645,53	68.918,99	1.938,85	617.625,67
Equipamento básico	2.698.071,33	233.956,02	7.211,76	2.924.815,59
Equipamento de transporte	2.316.205,12	32.023,35	61.924,75	2.286.303,72
Ferramentas e utensílios	962.776,83	60.161,05	2.453,95	1.020.483,93
Equipamento administrativo	2.002.607,30	184.264,67	64.181,27	2.122.690,70
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	1.067.561,21	42.402,43	3.374,99	1.106.588,65
	<u>13.133.844,31</u>	<u>1.066.082,78</u>	<u>6.557,93</u>	<u>14.193.369,16</u>
De Investimentos em imóveis				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções:				
Edifícios				
Outras construções				
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
De Investimentos Financeiros				
Partes de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras aplicações financeiras:	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos em instituições financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Títulos de dívida pública	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros títulos	0,00	0,00	0,00	0,00
	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>

8.3 – Montante das dívidas a terceiros cobertas por garantias reais prestadas, com indicação da natureza e norma habilitante.

- Existe uma hipoteca sobre o prédio urbano denominado “*Edifício Termal, Balneário*” a favor da Caixa Geral de Depósitos, S.A. como garantia do empréstimo feito à mesma no valor de 13.750.000€, em Março de 2008 (valor em dívida a 31/12/2014=10.173.689,91€);
- Existe uma hipoteca sobre o prédio urbano denominado “*Silo Auto*” a favor da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL como garantia do empréstimo de conta corrente feito à mesma no valor de 700.000€, em Dezembro de 2014 (valor em dívida a 31/12/2014=625.000,00€).

8.4 - Indicação global relativamente às entidades incluídas no perímetro de consolidação das remunerações atribuídas aos membros de cada um dos órgãos executivos e de fiscalização pelo desempenho das respectivas funções

Remunerações dos membros dos órgãos executivos:

Câmara Municipal*	0,00€
Conselho de Administração	34.975,20€

* Remuneração líquida constante no mapa "Relação Nominal dos Responsáveis"

O Fiscal Único da Termalístur - Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A apresentou a seguinte remuneração (prestação de serviços - 500€/mês + IVA): valor anual com IVA é de 7.380,00€.

O Fiscal Único do Município de São Pedro do Sul apresentou a seguinte remuneração (prestação de serviços): valor anual com IVA incluído é de 12.546,00 €.

8.5 Demonstração consolidada dos resultados financeiros

Código das Contas	Custos e Perdas	TOTAL	Código das Contas	Custos e Perdas	TOTAL
681	Juros suportados	376.275,01	781	Juros obtidos	448,43
682	Perdas em entidades participadas	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	783	Rendimentos de imóveis	0,00
684	Provisões para aplicações financeiras	59,38	784	Rendimentos de participações de capital	0,00
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	0,00
688	Outros custos e perdas financeiros	17.377,30	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00
			788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00
	Totais	393.711,69		Totais	448,43
	Resultados Financeiros:	393.263,26			

8.6 - Demonstração consolidada dos resultados extraordinários

Código das Contas	Custos e Perdas	TOTAL	Código das Contas	Custos e Perdas	TOTAL
691	Transferências de capital concedidas	60.784,59	791	Restituições de impostos	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	792	Recuperação de dívidas	0,00
693	Perdas em existências	11.121,16	793	Ganhos em existências	7.293,72

694	Perdas em imobilizações	107.794,79	794	Ganhos em imobilizações	283.075,76
695	Multas e Penalidades	77.146,37	795	Benefícios de penalidades contratuais	30.197,77
696	Aumentos de amortizações e de provisões	0,00	796	Reduções de amortizações e de provisões	277.934,27
697	Correções relativas a exercícios anteriores	59.891,41	797	Correções relativas a exercícios anteriores	412.757,63
698	Outros custos e perdas extraordinárias	23.281,56	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	502.740,33
	Totais	340.019,88	Totais		1.408.929,77
	Resultados Extraordinários:	1.068.909,89			

8.7 - Explicitação dos movimentos das contas de Provisões

No Município de São Pedro do Sul:

A provisão, evidenciada na conta 292 – *Provisões para riscos e encargos*, de 99.974,05€, resulta de Processos Judiciais contra o Município de S. Pedro do Sul cujo desfecho é incerto.

A provisão, evidenciada na conta 396 – *Provisões para existências*, de 1.111,38€ resulta de risco ao nível das existências em armazém.

Na empresa municipal, Termalistur - Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A:

Em 31 de Dezembro de 2014 o saldo da rubrica de provisões, no valor de 10.495,35€, refere-se à estimativa de pagamentos a serem efectuados pela Termalistur decorrente do seguinte processo judicial em curso:

- Ação administrativa comum-forma sumária nº 491/11.4BEVIS, a correr no TAF de Viseu, no valor de 20.990,71€, em que é autor SINTAP-Sindicatos dos Trabalhadores da Administração Pública;

Relativamente à ação administrativa especial pretensão conexa actos administrativos nº 265/13.8BEVIS, a correr os seus termos no TAF de Viseu, no valor de 22.377,26€, em que é autor o STAL-Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local não se registou qualquer

provisão, porque se afigura prematura graduar essa contingência, uma vez que o processo ainda se encontra na fase dos articulados.

8.8 - Indicação dos bens utilizados no regime de locação financeira

O Município de São Pedro do Sul, no ano 2014 não registou operações de locação financeira.

A empresa Termalistur - Termas de S. Pedro do Sul, E.M., S.A, tem desde o ano 2006 uma locação financeira (prazo de reembolso 15 anos) o qual tem por objecto o prédio urbano – Termas Lote 1, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 846 da freguesia de Várzea (piscinas dos Gerós) – Valor em dívida à data de 31/12/2014 é de 251.981,09€, dos quais 227.765,54€ é de MLP e 24.215,55€ é de CP.

9. Informações diversas

Mapa de Fluxos de Caixa Consolidado de Operações Orçamentais

O mapa de Fluxos de Caixa Consolidado procura evidenciar as importâncias relativas a todos os recebimentos e pagamentos com relevância orçamental, ocorridos no exercício. Atendendo a que a entidade consolidada não dispõe de sistema contabilístico de base orçamental nem utiliza o classificador económico das receitas e despesas, o apuramento dos montantes por natureza económica não reflete, com total rigor, a discriminação dos montantes por natureza corrente e de capital, de acordo com o que dispõe o POCAL e o Decreto-Lei n.º 26/2002. Por forma a evidenciar o melhor possível a natureza de todos os fluxos financeiros, optou-se, na elaboração do mapa referido, por agrupar os movimentos das entidades consolidadas de acordo com a aproximação da sua natureza, objetivo e função na estrutura, agregando os montantes de natureza corrente com os resultantes de atividades operacionais, assim como, os montantes de capital com os relativos a atividades de investimento e financiamento, de acordo com a sua classificação nas demonstrações individuais do Município e da Termalistur, respetivamente.